



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ONLINE

INFORMATIVO 816



EM DILIGÊNCIA

Aonde a Justiça precisa chegar. É lá que estão os Oficiais e as Oficiais de Justiça do Judiciário gaúcho. Colegas que, todos os dias, dão voz às decisões e fazem o elo entre a sociedade e os magistrados. Que enfrentam os riscos e realizações de uma profissão que segue sendo fundamental para impor os deveres e fazer valer os direitos de todos e todas.

Faça chuva ou faça sol: A Justiça na ruas

Por Patrícia Cavalleiro

A função do Oficial de Justiça é cumprir a ordem judicial. Mas, também, personificar o Judiciário na casa e no trabalho das pessoas envolve muita sensibilidade e empatia, aliadas à vontade de sempre concluir o dever. É esse colega o responsável por fazer intimações, citações, penhoras, reintegrações e até prisões, se necessário. Um trabalho que exige força física e mental. Além de inúmeros quilômetros, feitos a pé ou de carro, em busca de endereços nos lugares mais inóspitos, é o Oficial quem enfrenta a primeira reação das pessoas ao receberem uma notificação judicial, nem sempre com boas notícias.

São eles também os mediadores de muitas histórias felizes: reencontros, retomadas de posse, novos lares e famílias reunidas. Oficiais de Justiça estão a serviço da lei e são facilitadores para manter a harmonia social. O Judiciário gaúcho conta com 1056 desses colegas. Agentes importantes de pacificação, que trabalham para manter a ordem, mas, muitas vezes, se veem em meio a um conflito.

Foi o que aconteceu com a Oficiala de Justiça Adriana Ziegler de Oliveira, da Comarca de Caxias do Sul. Na semana passada, ela foi ameaçada e mantida dentro de uma concessionária da cidade ao tentar reaver um veículo, durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão.

“Desta vez, não chamei a Brigada Militar para acompanhar, pois pensei que como era em uma garagem, um lugar público, seria mais tranquilo que em uma residência. Mas fui surpreendida por um rapaz que me ameaçou, dizendo que ninguém ia tirar o carro de lá e que ia me meter bala. Ele falou bem assim”, relata Adriana, que também foi impedida de sair do local porque o homem trancou o portão. Ela avisou os colegas por um grupo de whatsapp e acionou a Brigada Militar.

Os policiais, realmente, encontraram uma arma e munições no estabelecimento. “Infelizmente, o Delegado disse que não houve desacato e cárcere privado. O inquérito deve ser apenas por desobediência, o que me deixou



Créditos: Arquivo pessoal

Adriana diz que foi a primeira vez que passou por esta situação de violência e, apesar do choque, afirma que a coragem é maior que o medo



muito chateada. Graças a Deus não aconteceu nada, mas poderia ter acontecido. Foi um susto e, também, um aprendizado. Não faço mais esse tipo de serviço sem a Brigada Militar”, confirma Adriana. Ela conta que segue trabalhando, mas está com acompanhamento de uma Psicóloga.

A Oficiala de Justiça Adriana Ziegler de Oliveira em um momento inusitado da sua carreira: “Nesta foto, sou eu dirigindo um trator pela primeira vez, para entregar a um depositário”

Desafio constante

A Oficiala de Justiça Mirian Edi Santin, da Comarca de Passo Fundo, viveu situação parecida com a da colega de Caxias do Sul, apenas um dia depois. Ela conta que ao cumprir um mandado de busca e apreensão, ouviu xingamentos, teve o celular arancado das mãos e viu o representante do banco ser agredido.

“Eu costumo pedir auxílio da Brigada Militar, mas como era no centro, o dono do carro é proprietário de uma imobiliária e o carro estava estacionado na rua, fomos somente eu e o localizador do veículo, o fiel depositário. Achei que seria tranquilo, mas quando estava explicando a situação ao homem, ele começou a ser grosseiro e disse que ninguém iria tocar no carro. Nesse momento, dois irmãos dele saíram da imobiliária e viram o carro já no guincho. Um deles entrou no veículo, mesmo com o pneu furado, e fugiu por cima da calçada. Fiz imagens de um deles, inclusive, agredindo o representante do banco. Foi uma situação horrível”, relembra Mirian, que é Oficiala de Justiça desde 1983.

Há 41 anos na função e com 64 anos de idade, Mirian nem pensa em se aposentar. “Apesar dos riscos diários, eu amo o que eu faço. Já tive até que fugir de um homem que saiu correndo atrás de mim com um espeto. Fui socorrida por um motorista de ônibus, que parou para eu entrar”, relata Mirian.



“

Nestas 4 décadas como Oficiala de Justiça, vi muita coisa mudar, tive que me adaptar à tecnologia, ao digital, mas o mais difícil é enfrentar as pessoas. O ser humano mudou também, mas para pior. O respeito era muito maior.

”

Mirian Edi Santin

Apoio e orientação

O TJRS e a Associação dos Oficiais de Justiça do Rio Grande do Sul (Abojeris) atuaram para garantir mais segurança aos Oficiais.

A associação emitiu uma nota de repúdio aos fatos sofridos pelas Oficiais e se solidarizando com as colegas. “Desde que tomou conhecimento sobre a situação, a Abojeris se mobilizou para prestar apoio incondicional às profissionais e exigir rigorosa e célere investigação sobre o caso. A Abojeris não aceitará qualquer violência contra Oficiais e Oficiais de Justiça, e seguirá acompanhando a tramitação do processo criminal, colocando toda a estrutura institucional da associação à disposição das colegas agredidas”, afirmou a Vice-Presidente da Associação, Helena Veiga.

“A profissão é fundamental para o cumprimento da lei e da prestação jurisdicional, sendo essencial à Justiça”, diz Helena Veiga



Créditos: Arquivo pessoal

SIJ orienta procedimentos de segurança para Oficiais e Oficiais de Justiça

1. Apoio da Brigada Militar em casos de risco:

O Tribunal orienta que, sempre que houver indícios de risco, animosidade ou periculosidade por parte da pessoa a ser notificada, os Oficiais de Justiça solicitem previamente o apoio da Brigada Militar para o cumprimento de mandados judiciais. Caso não seja possível solicitar o apoio de forma antecipada e se encontre uma situação de emergência, o Oficial de Justiça deve acionar a Brigada Militar imediatamente pelo telefone 190. Na ocorrência de dificuldades no acionamento da Brigada Militar via 190, acionar o Plantão do SIJ através do telefone/WhatsApp (51) 99714-1177, para auxiliar na interlocução.

2. Retirada e reforço de segurança:

Em situações em que o mandado judicial não apresente riscos iniciais, mas, ao chegar ao local, o Oficial de Justiça identifique comportamento hostil ou agressivo, a orientação é que o local seja imediatamente deixado e que o apoio da Brigada Militar seja solicitado para prosseguir com o cumprimento do mandado.

3. Registro de ocorrências e comunicação ao SIJ:

Diante de ameaças, obstruções ou qualquer tipo de problema durante a execução de mandados, os Oficiais de Justiça são instruídos a registrar a ocorrência na Polícia Civil e comunicar o Serviço de Inteligência do Judiciário para que sejam tomadas as providências cabíveis. O contato com o SIJ pode ser feito pelo telefone/WhatsApp (51) 99714-1177 ou telefone (51) 3210-6045 e pelo e-mail ssi-sij@tjrs.jus.br.

A representante da Abojeris participou de reunião com o 2º Vice-Presidente do TJRS, Desembargador Sérgio Miguel Achutti Blattes, e com o Secretário de Segurança Institucional do TJRS, Coronel Carlos Roberto Guimarães Rodrigues, para tratar do reforço aos mecanismos de segurança necessários para o desenvolvimento das atividades desses servidores.

O apoio da Brigada Militar em situações de maior risco é uma das recomendações técnicas que estão sendo reforçadas pelo Serviço de Inteligência do Judiciário (SIJ) do TJRS. O Chefe de Operações do SIJ, 1º Tenente Jurandir Fortes de Oliveira, esclarece que, nestes momentos, devem ser adotados alguns procedimentos. “Em resposta a estes graves episódios, o SIJ emitiu orientações lembrando como os Oficiais de Justiça devem proceder para atuar com mais segurança. E também, estamos nos colocando à disposição para auxiliar e prestar as informações necessárias”, declara o Tenente Fortes.

O Secretário de Segurança Institucional do TJRS, Coronel Carlos Roberto Guimarães Rodrigues, salienta que “o Tribunal de Justiça e SJJ reafirmam o compromisso com a segurança dos Oficiais de Justiça e com o cumprimento da lei. As orientações visam a garantir que situações como as ocorridas nos últimos dias não se repitam, e para assegurar a integridade e a proteção de todos os envolvidos no cumprimento das ordens judiciais”.

O Coronel Guimarães também destaca que a Brigada Militar possui regulamentações internas para assegurar o apoio aos Oficiais de Justiça durante a execução de ordens judiciais, garantindo que o atendimento seja realizado de forma segura.

A preocupação com segurança é uma das implicações do ofício desses profissionais, mas a rotina é composta de muitos outros desafios. O volume de mandados, a partir da digitalização, também tem sido apontado como um item que merece

Orientação da Brigada Militar aos Oficiais de Justiça

Resposta imediata em emergências:

■ A legislação interna da Brigada Militar determina que, em casos de resistência ou ameaças durante o cumprimento de mandados, o atendimento seja feito de forma imediata e prioritária.

Avaliação das requisições de apoio:

■ As solicitações de apoio são avaliadas pelo Comandante do OPM (Organização Policial Militar) ou seu representante, que define os recursos necessários e o momento mais adequado para o atendimento, garantindo que a resposta seja proporcional aos riscos envolvidos.

Apoio em operações complexas:

■ Em operações que exigem maior efetivo, como despejos ou reintegrações de posse, o apoio da Brigada Militar depende de uma solicitação formal do Juiz de Direito, conforme as normas internas da corporação.

atenção. A Adriana Ziegler de Oliveira, Oficiala de Justiça de Caxias do Sul, por exemplo, diz que viu o número de mandados direcionados para ela pularem de 80 para 400 por mês. “Antes, até as partes se manifestarem, demorava uma semana. Agora, é tudo muito mais rápido, e nos exige bem mais”.

Dia de campo

Quem também cita a corrida contra o tempo para preservar a qualidade do trabalho como um fato desafiador é a Oficiala de Justiça Caroline Espíndola Argenti, da Comarca de Porto Alegre.

“É muito mais do que entregar um papel”. Essa declaração resume como Caroline encara a função que desempenha há mais de 15 anos em Porto Alegre. O Informativo Online acompanhou um dia de trabalho dela, na zona sul da capital, em vilas e bairros. Assim, foi possível ver como a tarefa exige planejamento, paciência e conhecimento técnico.

Há alguns anos, Caroline decidiu não cumprir alguns mandados de maior risco sem apoio da Brigada Militar, como já chegou a fazer: “Se não tem efetivo, relato o que houve, e combino com o comando da Brigada um próximo dia para eles me acompanharem”



“Eu chego, muitas vezes, nos becos, onde a numeração é confusa, onde o GPS não atualiza, daí peço auxílio aos moradores para encontrar a pessoa que estou procurando. Quando encontro, explico, leio a decisão, oriento onde ir, se precisa de Advogado, Defensor Público e como proceder naquela situação imposta no papel. Enfim, acabamos dando o primeiro suporte para quem está recebendo uma intimação ou mandado judicial”, detalha Caroline.

Em um dia, 30 foi o máximo de mandados que ela já conseguiu cumprir. “Tem uns que demoram muito mais do que o normal. Endereço difícil, situação difícil. Nunca sabemos o que vamos encontrar. Já vivi situação em que para preservar uma menor que deveria ser entregue ao avô de criação, tive que esperar uma tarde inteira, porque vi que o homem que estava com ela não queria abrir a porta. A menina estava em situação muito precária. Não posso ir embora vendo uma situação dessas”, lembra. Caroline também destaca os afastamentos de agressores do lar, prisões por falta de pagamento de alimentos, internação de drogados e reintegrações como alguns dos trabalhos difíceis que enfrenta.



Sozinha, no carro, Caroline traça as rotas diárias e, por vezes, perde algumas horas fazendo mapas à mão para conseguir se localizar em algumas comunidades

Na tarde em que estivemos com a Oficiala, testemunhamos a dedicação e a coragem da Caroline para enfrentar o dia a dia, uma rotina semelhante a destes profissionais nas 165 comarcas do estado.

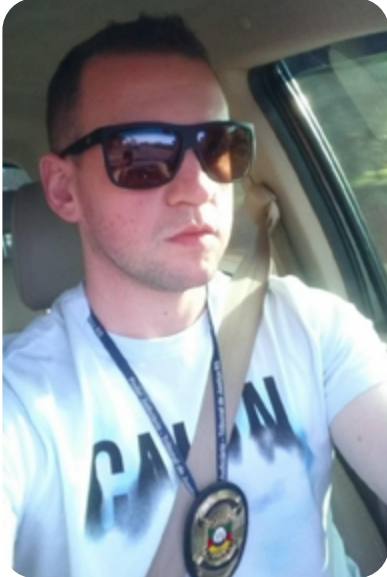
Em mais uma jornada de trabalho dela, o saldo foi positivo. Com relação à maior parte das pessoas encontradas, houve tratamento com respeito e muita ajuda por parte de Caroline para todos entenderem a situação que se apresentava. Um exemplo foi o caso de um homem que tenta reaver os filhos, hoje morando com um tio, por um acordo unilateral da mãe deles. Ele compreendeu que precisará de ajuda de um defensor para defender seus direitos e terá duas semanas para se posicionar no processo. E, após dezenas de citações e intimações entregues, se encerrou mais um dia em que Caroline ajudou a construir cidadania.



Carolina explica para a esposa de um homem que deveria receber uma citação, mas estava preso por outro crime, como ele deve proceder nesta situação

Qualidade e quantidade

Quem também prima por esse equilíbrio de cumprir o roteiro e auxiliar as pessoas é o Oficial de Justiça de Tapera, Tiarles Klein. Ele está há 13 anos na comarca, desde que tomou posse como Oficial de Justiça do TJRS. Apaixonado pelo ofício, não esconde os dias mais difíceis e atribulados, mas reconhece com gratidão o caminho trilhado até aqui.



“

Precisamos levar a realidade aos autos para subsidiar as decisões do magistrado.

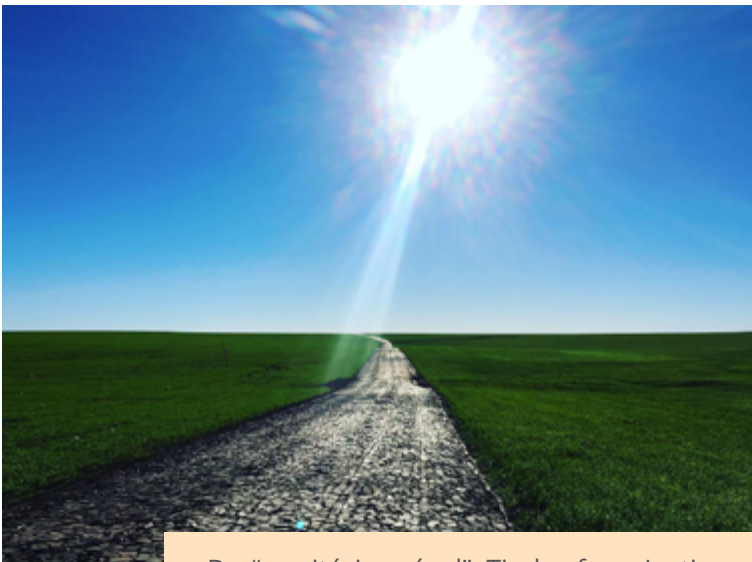
”

Tiarles Klein

“Trabalhar nas ruas, conhecer lugares, pessoas e histórias diferentes todos os dias é o mais satisfatório. Concretizar as decisões judiciais, entregar efetivamente a prestação jurisdicional à população é muito gratificante e desafiador. Somos a “longa manus”, mas também os olhos do juiz nas ruas”, registra Tiarles.

Ele diz que, às vezes, faz o papel de ouvinte para que as pessoas possam desabafar seus problemas. E afirma que sempre tenta uma abordagem empática no cumprimento de ordens judiciais mais complexas e delicadas, como a busca e apreensão de menores, por exemplo. Para Tiarles, esta é a ordem judicial mais difícil de cumprir. “Como tirar uma criança aos prantos dos braços da mãe, mesmo sabendo que é o melhor para ela naquele momento, sem deixar misturar nossos próprios sentimentos? Difícil. Impossível, eu diria. Mas com o tempo, vamos nos calejando”, declara o colega.

Tiarles é o único Oficial de Justiça da comarca que possui quatro municípios jurisdicionados e viaja bastante pela região. “O volume de trabalho é maior depois da digitalização dos processos. Temos que agir com mais rapidez, mas tento manter a qualidade sempre. Por isso, espero ter um colega para me ajudar. Enquanto isso, não deixo de desfrutar da flexibilidade do cargo, da liberdade de estar nas ruas, principalmente no interior, nas áreas rurais, tendo cada dia uma vista diferente da janela do nosso escritório, que é o carro, conversando com pessoas diferentes, de forma simples e sem formalismos. Isso tudo é o que mais me motiva a continuar nessa função tão desafiadora, gratificante e importante para a sociedade”.



Do “escritório móvel”, Tiarles faz a Justiça acontecer e agradece a oportunidade, eternizando suas memórias em registros das paisagens por onde anda



Servidores do TJ participam de curso que promove integração de áreas e capacitação em projetos

Durante dois dias (27 e 28/8), mais de 80 servidores de diferentes áreas do Tribunal de Justiça estiveram reunidos para o curso “Inovação Estratégica e Ágil para uma Gestão Humanizada na Justiça do Futuro”. O objetivo principal é capacitar os servidores que atuam em projetos do Judiciário gaúcho e, também, promover uma integração entre as direções, unidades, departamentos e setores do TJRS.

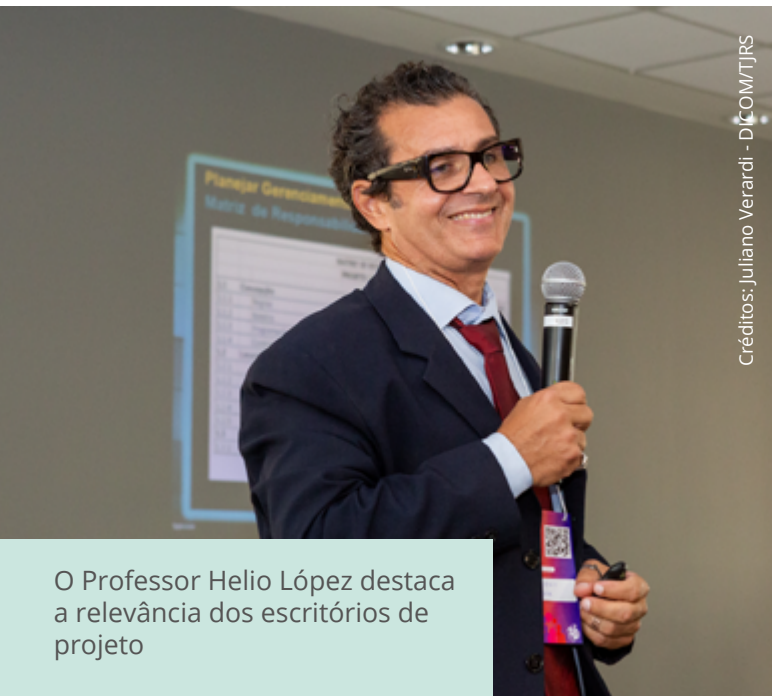
“O tema principal é o Planejamento Estratégico. Vamos enxergar nosso caminho, nosso futuro e andar juntos, todos na mesma trilha. Estamos aqui para formar uma grande conexão”, afirmou a Secretária de Planejamento do TJRS, Magdala Rosane Muniz de Leon.

Organizado pela Assessoria de Assuntos Estratégicos (ASSEST) em parceria com o Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas (CJUD), o curso foi conduzido pelos Professores Fernando de Assis Alves e Hélio Ricardo Machado López.

O Pedagogo e especialista em Gestão Pública e Sociedade, Fernando Alves destacou a importância da reflexão para gerar inquietações e, assim, evoluir. Segundo ele, a comunicação vai muito além do que comunicar. Se cuidarmos da comunicação que temos no ambiente de trabalho, seguramente conseguiremos superar algumas dores”, pontua.

“Toda mudança gera um dano. Precisamos planejar. A gestão de projetos nos permite antecipar cenários”, garante o Professor Fernando Alves





Créditos: Juliano Verardi - DICOM/TJRS

O Professor Helio López destaca a relevância dos escritórios de projeto

O Psicólogo e Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Hélio López, trouxe histórias para explicar o que é um projeto na prática. O Professor abordou a necessidade e a relevância que os escritórios de projeto têm dentro de qualquer instituição. Hoje, o Tribunal de Justiça conta com 12 escritórios de projetos.

“Os escritórios de projeto aglutinam ideias. Eles têm um papel fundamental para tornar possível uma transversalidade entre áreas. O escritório faz uma interface entre os projetos da instituição. A partir do momento que sei o que o colega está fazendo, eu posso ver se há relação com o meu projeto e, assim, quem sabe realocar verba ou colocar esforço em outro foco”, relata.

Divididos em grupos para atividades práticas, os participantes discutiram os argumentos a favor e contra a gestão de projetos, a necessidade do painel integrado de projetos, o estabelecimento de metas, as metodologias ágeis.



Créditos: Ana Brenner - DICOM/TJRS



Créditos: Ana Brenner - DICOM/TJRS

Servidores durante as atividades práticas e discussões em grupo sobre a gestão de projetos no TJRS

Os servidores fizeram também a dinâmica World Café que, por meio do diálogo entre as pessoas e um trabalho colaborativo, receberam diferentes ordens. Reunidos em oito diferentes grupos, foram convidados a pensar em como fazer para superar desafios, identificar lacunas, propor soluções e também como envolver a alta Administração do Judiciário nos projetos.

O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Alberto Delgado Neto, participou do encerramento do curso, reforçando a importância da capacitação contínua e da integração entre as áreas para o fortalecimento da Justiça gaúcha.

"É muito importante que a gente aprenda metodologias, que as coisas sejam feitas de forma técnica. Alinhados em uma direção só, fica mais fácil pensar a Administração, com efetividade e resultado. É um crescimento individual que reflete no coletivo", afirmou.

Equipe da ASSEST que organizou o curso: (na frente) Antônio Braz, Luciane dos Santos Nolasco Fialho, Magdala Muniz de Leon, Carla Giovelli, Juliana Obino Mastella e Bárbara Plein Veleda. (atrás) Patrícia Elisabete Fruhling Umann, Tarso Ferraz da Silva Filho e Marcelo Zepka Baumgarten



Créditos: Ana Brenner - DICOM/TJRS



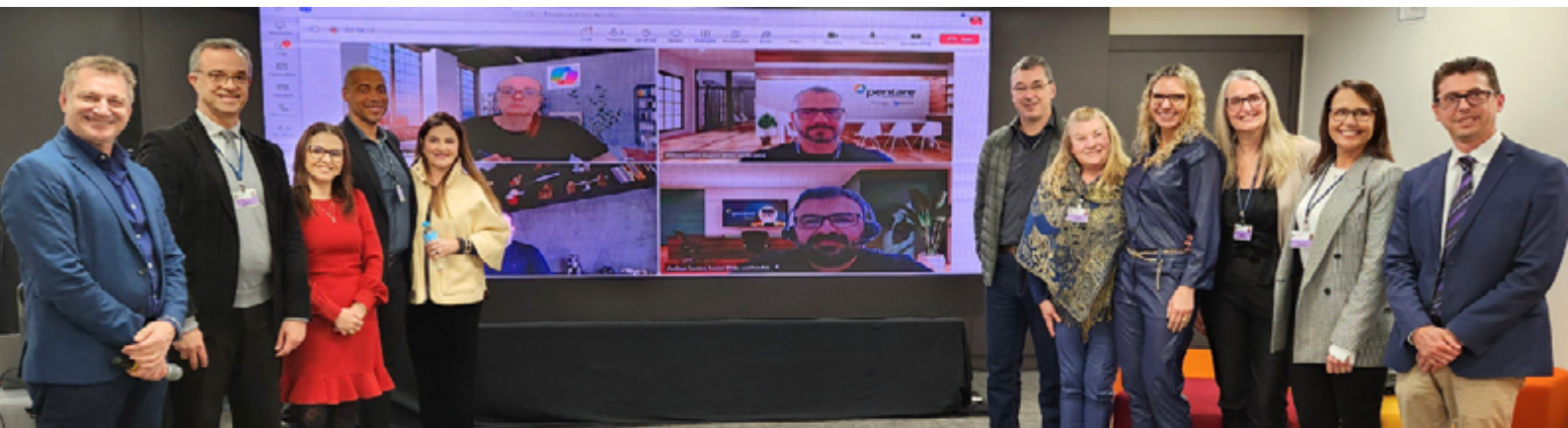
Desembargador Alberto Delgado Neto, Presidente do TJRS, no encerramento do curso com os participantes

Créditos: Ana Brenner - DICOM/TJRS

Área administrativa do TJRS realiza reunião sobre automação

Por Patrícia Cavalheiro

Lideranças de Direções e Departamentos e servidores das áreas de negócio e tecnologia do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul estiveram reunidos na tarde desta sexta-feira (30/8), nas Salas Multiuso do Espaço Multi Comunicação e Eventos, 13º andar do TJRS. O objetivo do encontro foi alinhar os setores no que se refere à automação dos processos de trabalho, um projeto prioritário da Administração do Tribunal de Justiça.



Participaram da reunião: o Assessor Especial da Presidência para Tecnologia e Inovação, Alsones Balestrin, o Diretor-Geral Alberto Araguaci da Silva, a Diretora da DITIC, Vanessa Barbisan, o Diretor-Geral Adjunto, Tiago Diogo da Silva, a Secretária de Planejamento, Magdala Muniz de Leon, o Assessor da Presidência do TJRS, Ivandre Medeiros, a Diretora da DIGEP, Luciana Azambuja, a Secretária-Geral da Presidência, Larissa Menegotto, a Diretora-Geral Adjunta, Helena Schaffer, a Diretora-Geral Adjunta, Anelise Nicolodi Camara, e o Secretário Geral CGJ, Vinicius Sebben.



O Assessor Especial da Presidência para Tecnologia e Inovação, Alsones Balestrin, fez a abertura do evento e destacou a relevância do projeto ERP (Enterprise Resource Planning), que significa Planejamento de Recursos Empresariais. De acordo com Balestrin, a intenção é ter um sistema integrado de gestão para gerir as atividades.

“Começamos a pensar em como estruturar a governança do projeto ERP, com áreas de tecnologia e negócios andando muito mais próximas. A lógica será de interdepartamentos, com mais integração”, frisou Balestrin.

Na sequência, de forma on-line, houve a apresentação técnica do sistema Dynamics, feita por representantes das empresas Microsoft e Pentare, uma consultoria que presta apoio para implantação do Microsoft Dynamics 365 e seus aplicativos complementares.

Durante a apresentação do funcionamento da ferramenta, os servidores puderam tirar as dúvidas com os representantes da empresa.

A integração do sistema SEI foi uma das questões levantadas pelo grupo que assistiu à apresentação. De acordo com os representantes da empresa, sim, existe essa possibilidade.

Também foi questionado sobre itens como orçamento, pagamento, compras e gestão de pessoas. Situações que foram simuladas em tempo real na tela do computador.

Ao final da explanação, o Assessor da Presidência do TJRS, Ivandre Medeiros, agradeceu as explicações. “Agora temos que analisar, mas já vemos possibilidades de evolução, pois já temos o Office 365 e já estamos na nuvem, então, tudo colabora para o nosso projeto como um todo”, afirmou ele.

A Secretária-Geral da Presidência, Larissa Menegotto, destacou a relevância da reunião. “Temos essa missão e queremos avançar rapidamente. Vimos, hoje, que podemos fazer no tempo que precisamos. E, assim, os resultados virão. É um novo mundo e um novo olhar, para vermos como o Tribunal de Justiça pode evoluir”, frisou ela.

O Diretor-Geral do Tribunal de Justiça, Alberto Araguaci da Silva, encerrou a apresentação. “Fico feliz em ver o entusiasmo dos colegas, apesar do tamanho do nosso desafio. Vimos que é uma ferramenta intuitiva, que vai facilitar muito nosso trabalho”.

Após, o grupo fez um debate sobre o material apresentado.



Semana da Administração

Por Patrícia Cavalheiro

Comitiva do TJ visita o Foro da Comarca de Caxias do Sul

A comitiva do Tribunal de Justiça, coordenada pelo Presidente, Desembargador Alberto Delgado Neto, encerrou nesta sexta-feira (30/8) o roteiro de visitas às Comarcas de Vacaria e Caxias do Sul. Na tarde de ontem (29/8), os integrantes foram recepcionados pelos magistrados da localidade, liderados pelo Diretor do Foro, Juiz Darlan Élis de Borba e Rocha. Na oportunidade, os magistrados do TJ estiveram reunidos com servidores do Foro, no Salão do Júri, ouvindo sugestões e reivindicações. “Estamos procurando visitar os grandes centros do Estado, conversando com os magistrados e servidores. Temos um projeto de valorização dos servidores e ouvi-los é fundamental para que possamos efetivar esta cultura de diálogo permanente com eles”, disse o Presidente Alberto. A comitiva também esteve reunida com os magistrados da região serrana que integram a Coordenadoria Regional da AJURIS, tratando de questões alusivas ao aperfeiçoamento constante da prestação jurisdicional à sociedade.

Créditos: Eduardo Nichele - DICOM/TJRS



Presidente Alberto, com a placa em mãos, ao lado dos magistrados da Comarca

Presidente do TJRS é homenageado durante instalação da 3ª Vara Cível em Vacaria

A emoção tomou conta do ato de instalação da 3ª Vara Cível de Vacaria, em virtude da homenagem surpresa realizada pelo Foro da Comarca ao Presidente do TJ, Desembargador Alberto Delgado Neto. Ele atuou como juiz na localidade no período entre 1993 e 1997, além de professor da UCS Campus Vacaria. Durante a solenidade, realizada na quinta-feira (29/8), o Presidente Alberto foi recepcionado por servidores e magistrados que atuaram com ele em sua passagem pela Comarca, bem como por ex-alunos. Ele recebeu uma placa alusiva à atuação como juiz em Vacaria.

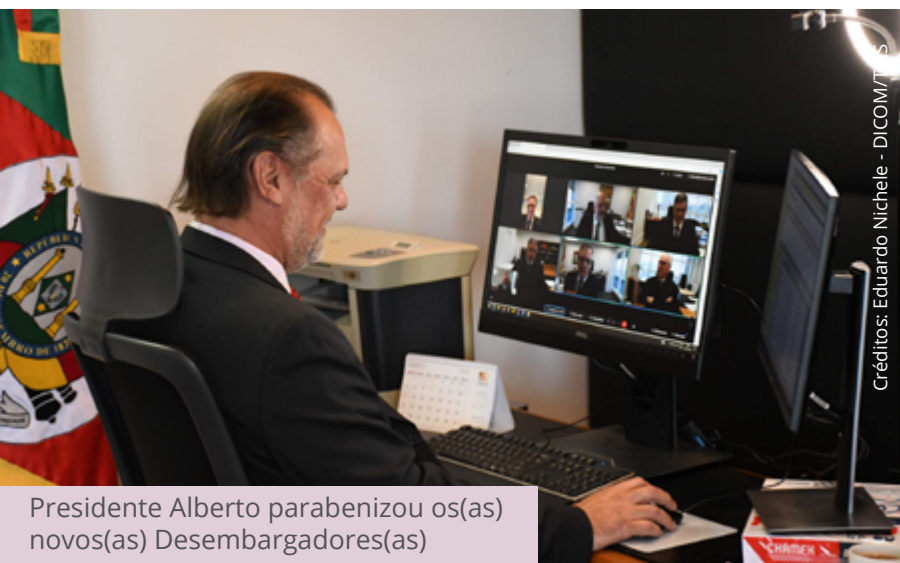
“Estou muito emocionado com esta homenagem, pois estou revivendo grandes momentos da minha carreira como magistrado. É um dia histórico para mim, pois aqui fui muito feliz e tenho saudades daquele tempo nesta cidade que evoluiu bastante nas últimas décadas”, disse ele.

A respeito da nova Vara, o Desembargador Alberto afirmou que se trata de um merecido reconhecimento à Comarca. “A 3ª Vara Cível irá aperfeiçoar ainda mais a jurisdição prestada, trabalhando sempre em prol da nossa sociedade”, concluiu o magistrado.

Presidente Alberto, com a placa em mãos, ao lado dos magistrados da Comarca



Órgão Especial promove sete novos Desembargadores



Presidente Alberto parabenizou os(as) novos(as) Desembargadores(as)

Créditos: Eduardo Nichele - DICOM/TJRS

O Órgão Especial do TJ, em Sessão Administrativa realizada na segunda-feira (26/8), por videoconferência, aprovou o preenchimento de sete vagas referentes ao 2º Grau no Poder Judiciário gaúcho. A votação foi realizada de acordo com o previsto no Edital número 0007/2024-DMAG. Foram promovidos os(as) seguintes magistrados(as):

1ª Vaga (Merecimento - lista mista): Alessandra Abrão Bertoluci;

2ª Vaga (Antiguidade): Rute dos Santos Rossato;

3ª Vaga (Merecimento - lista exclusiva de mulheres): Karla Aveline de Oliveira;

4ª Vaga (Antiguidade): Munira Hanna;

5ª Vaga (Merecimento - lista mista): Sérgio Fusquine Gonçalves;

6ª Vaga (Antiguidade): André Guidi Colossi;

7ª Vaga (Merecimento - lista exclusiva de mulheres): Cleciana Guarda Lara Pech.

A relatora da matéria foi a Corregedora-Geral da Justiça, Desembargadora Fabianne Breton Baisch, que destacou o trabalho desenvolvido pela Comissão de Promoções de Magistrados, além dos servidores da CGJ. Também explicou que o preenchimento exclusivo de mulheres em determinadas vagas ocorreu em virtude da Resolução 525/2023, do CNJ, que dispõe sobre ação afirmativa de gênero para acesso das magistradas aos Tribunais de 2º Grau, conforme a política de cotas estabelecida pelo Conselho.

O Presidente do TJ, Desembargador Alberto Delgado Neto, parabenizou os(as) novos(as) Desembargadores(as) que alcançaram a promoção ao 2º Grau.

Presidente Alberto prestigia palestra do Procurador-Geral de Justiça no IARGS

O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Alberto Delgado Neto, acompanhou, na quarta-feira (28/8), a reunião-almoço promovida pelo Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS), que contou com a palestra do Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Saltz. O tema foi denominado "Impactos e Desafios Frente ao Desastre Ambiental do Rio Grande do Sul". Na oportunidade, o magistrado foi recepcionado pela direção do IARGS, liderada pela Presidente do Instituto, Sulamita Santos Cabral.



Créditos: Eduardo Nichele - DICOM/TJRS

Presidente Alberto (E), Advogada Sulamita e Procurador Saltz no evento

Juiz-Assessor trata de solicitações da Justiça gaúcha no CNJ

Por Renato Sagrera

O Juiz-Assessor da Presidência do TJRS, Mário Guerreiro, ex-Conselheiro do CNJ, esteve nesta semana na sede do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, para tratar sobre as demandas do Judiciário gaúcho, causadas pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul. O magistrado se reuniu com Conselheiros e Conselheiras para tratar das questões.

O magistrado esteve acompanhado pelo Juiz-Assessor da 2ª Vice-Presidência do TJRS, Antônio Carlos de Castro Neves Tavares. Eles tiveram audiências com os Conselheiros Pablo Barreto, relator do pedido encaminhado pelo TJRS, Renata Gil, Daiane Nogueira, Alexandre Teixeira, Luiz Fernando Bandeira, Daniela Madeira e José Rotondano. Também conversaram com os Conselheiros Guilherme Caputo Bastos e Mônica Nobre.

“Os Conselheiros foram bem receptivos e sensíveis às demandas encaminhadas pela Justiça gaúcha e o julgamento deverá ocorrer em breve”, destacou o Juiz Guerreiro, acrescentando que os requerimentos encaminhados pelo TJRS, em caso de aprovação, serão benéficos para magistrados e servidores. Ele destacou que, na lista de solicitações, estão temas como por exemplo:

Auxílio-Saúde: Pedido de flexibilização da regra de prestação de contas prevista no §6º do artigo 5º da Resolução nº 294/2019-CNJ para possibilitar o pagamento extraordinário de valor em pecúnia para atendimento de necessidades emergenciais, ocasionadas pelas enchentes, pelo período excepcional de maio a dezembro de 2024.;

Flexibilização das regras para a conversão de férias em pecúnia: Solicitada a autorização para, pontualmente, autorizar a conversão em pecúnia do saldo de 30 dias de férias reservados à fruição no ano de 2024, em favor de servidores e magistrados, relativamente ao período já implementado (2023/2024), ainda que tenham convertido o limite máximo de 60 dias no ano corrente;

Metas, Prêmio de Qualidade CNJ 2024 e Ranking da Transparência (Portaria nº 353/2023-CNJ): Solicitação para a manutenção, ao menos, da categoria atual no Prêmio de Qualidade CNJ 2024, qual seja, prata; em especial em razão da Gratificação de Desenvolvimento Institucional (GDI). Isso porque os eventos climáticos afetaram severamente os sistemas informatizados do Poder Judiciário, impossibilitando o regular atendimento das principais obrigações rotineiras acerca das quais este Tribunal é avaliado pelo CNJ.



Juiz Mário Guerreiro (D) participando do evento no CNJ



Juiz Antônio Carlos, Conselheiro Rotondano e Juiz Guerreiro

O Juiz Guerreiro também participou do III Encontro Nacional de Magistrados(as) de Cooperação Judiciária e Reunião dos Núcleos e Magistrados(as) de Cooperação. Os eventos, encerrados na terça-feira (27/8), tiveram o objetivo de dar cumprimento às normas que estabelecem diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades e de fomentar a disseminação de conhecimento e de boas práticas sobre a matéria.



Juiz Antônio Carlos, Conselheira Daniela e o Juiz Guerreiro após audiência

Atenção servidores e estagiários: 2FA será obrigatório para acesso ao Microsoft Office

Por Ana Carolina Brenner

O segundo fator de autenticação (2FA) será obrigatório para acesso ao e-mail e demais recursos da plataforma Office 365. A necessidade de ativação do mecanismo de segurança irá observar o cronograma estabelecido pela Direção de Tecnologia da Informação e Comunicação (DITIC).

Em julho, magistrados e magistradas concluíram a adoção do 2FA para conexão com o Microsoft Office. Agora é a vez de servidores, servidoras, estagiários e estagiárias.

O 2FA será solicitado somente para acessos realizados fora da rede interna do Judiciário, nesta fase inicial. Quando o 2FA for requerido pela primeira vez, com base no cronograma de ativação obrigatória, será necessário configurar este recurso no aplicativo autenticador.

A obrigatoriedade de adoção do 2FA irá acontecer de forma escalonada, por ordem alfabética. Veja o calendário:

1. **Semana 1 (09 a 13/09) – Estagiários e Servidores das letras A-D**
2. **Semana 2 (16 a 19/09) – Estagiários e Servidores das letras E-J**
3. **Semana 3 (23 a 27/09) – Estagiários e Servidores das letras K-M**
4. **Semana 4 (30/09 a 04/10) – Estagiários e Servidores das letras N-Z**

Acesse o manual e siga os passos para a configuração: [Como habilitar a autenticação em dois fatores \(2FA\) no Office 365](#)

Caso tenha trocado de aparelho celular recentemente, a DITIC orienta que seja verificado se existe um dispositivo já cadastrado para 2FA no Office 365, e se este dispositivo continua válido. Para verificar o dispositivo de 2FA, acesse a aba de segurança da sua conta ou acesse direto pelo link <https://mysignins.microsoft.com/security-info>.



Dúvidas? Entre em contato com a CADI

Ramal: 7565

Email: cadi@tjrs.jus.br (informando nome completo e um telefone para contato)



Acesso ao
Microsoft Office 365
vai precisar de:

**Autenticação
em 2 fatores**



**Ativação obrigatória para
Servidores e estagiários**



Semana 1 (09 a 13/09): letras A até D
Semana 2 (16 a 19/09): letras E até J
Semana 3 (23 a 27/09): letras K até M
Semana 4 (30/09 a 04/10): letras N até Z

Fique ligado: envie a sua declaração de bens e rendas para o portal RHE

Por Ana Carolina Brenner

Magistrados e servidores têm até o dia 18/10/2024 para enviar, exclusivamente via Portal RHE, a declaração de bens e rendas, relativa ao ano-base de 2023.

A decisão vale para todas as comarcas e atende o que determina o Ato n. 024/2018-P (alterado pelo Ato n. 009/2019-P), bem como à decisão presidencial de prorrogação de prazo em face do Ofício-Circular DCF nº 13/2024 - TCE/RS.



Atenção na exigência de comprovantes

Importante destacar que, em cumprimento à normativa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, devem ser anexados no Portal RHE dois arquivos, ambos obtidos no site da Receita Federal. São os arquivos .DEC e .REC

Precisa de ajuda? Está disponível no canal da CADI, ramal 7565, a opção 8 para o atendimento de quem tem dúvidas ou busca orientações relacionadas ao uso dos aplicativos. O novo canal servirá para ajudar, por exemplo, a baixar os arquivos no site da Receita Federal, a descompactar arquivos zipados e até a anexar os arquivos no Portal RHE.

Quem deve apresentar?

Todos os magistrados em atividade (Juízes de Direito, Pretores e Desembargadores), assim como os servidores detentores, durante o ano de 2023, de função gratificada, ocupantes de cargos em comissão, ordenadores de despesa, membros de comissão de licitação e pregoeiros e agentes de contratação devem entregar a referida declaração, mesmo que não existam bens a declarar ou que não detenham mais função gratificada ou não sejam, atualmente, membros das referidas comissões.

Esclarecemos, por relevante, que o não cumprimento da obrigação implicará na instauração de processo administrativo disciplinar e de reclamação disciplinar, respectivamente, para servidores e magistrados, além das sanções penais e civis previstas na Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021.

Aos demais servidores, a apresentação é facultativa.

Contatos para eventuais dúvidas

A Comissão de Cadastramento e Recebimento da Declaração de Bens e Rendas se coloca à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários através dos ramais 7154 (para servidores) e 7323 (para magistrados), ou do e-mail digep-declaracaobens@tjrs.jus.br.

Para outras informações [acesse a página da Digep](#)

DMJ informa sobre a nova variante da Mpox

Por Cíntia Barbosa

O Departamento Médico do TJRS (DMJ) informa sobre os cuidados em relação à nova variante da Mpox, antigamente conhecida como varíola dos macacos. De acordo com informações da Secretaria de Saúde, em 2024, o Rio Grande do Sul registrou cinco casos confirmados da Mpox, mas nenhum corresponde à nova variante do vírus.

Mas é preciso ficar atento diante do crescente número de casos. Este cenário fez com que, neste mês, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarasse uma nova Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e o Ministério da Saúde instituisse o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para Mpox. O objetivo é uma gestão coordenada da para dar resposta à situação epidemiológica, no âmbito nacional.

Sintomas e formas de transmissão

A Mpox é uma doença causada pelo Mpox vírus (MPXV), do gênero Orthopoxvirus e família Poxviridae. Trata-se de uma doença zoonótica viral, em que sua transmissão para humanos pode ocorrer por meio do contato com pessoas infectadas pelo Mpox vírus, materiais contaminados com o vírus ou animais silvestres (roedores) infectados.

Entre os principais sintomas estão:

- erupções cutâneas ou lesões de pele;
- linfonodos inchados (ínguas);
- febre;
- dor de cabeça;
- dores no corpo;
- calafrio;
- fraqueza.



A pessoa que achar que tem sintomas compatíveis, deve procurar uma unidade de saúde para avaliação e informar se teve contato próximo com alguém com suspeita ou confirmação da doença. Se possível, deve ficar em isolamento, evitando contato próximo com outras pessoas.

O intervalo de tempo entre o primeiro contato com o vírus até o início dos sinais e sintomas (período de incubação) é tipicamente de 3 a 16 dias, mas pode chegar a 21 dias.

O DMJ está disponível para dúvidas e orientações sobre a doença, pelo e-mail dmj-ambulatorio@tjrs.jus.br.

Entre as formas de transmissão estão:

- contato direto pessoa a pessoa (pele, secreções) com as erupções e lesões na pele, fluidos corporais (tais como pus, sangue das lesões) de uma pessoa infectada. Úlceras, lesões ou feridas na boca também podem ser infectantes, o que significa que o vírus pode ser transmitido por meio da saliva;
- exposição próxima e prolongada à gotículas e outras secreções respiratórias;
- contato com objetos recentemente contaminados, como roupas, toalhas, roupas de cama, ou objetos como utensílios e pratos, que foram contaminados com o vírus pelo contato com uma pessoa doente.

Fique atento: uma pessoa pode transmitir a doença desde o momento em que os sintomas começam até a erupção ter cicatrizado completamente e uma nova camada de pele se formar.

Prevenção e vacina

A principal forma de proteção contra a Mpox é a prevenção. Assim, o DMJ aconselha evitar o contato direto com pessoas com suspeita ou confirmação da doença. Nesses casos, a pessoa infectada precisa cumprir isolamento imediato, não compartilhar objetos e material de uso pessoal, tais como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente, talheres, até o término do período de transmissão.

A vacinação contra a Mpox no Brasil é gratuita, disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e começou em 2023. O foco é nas pessoas com maior risco de evolução para as formas graves da doença. Até o momento, não há protocolo para vacinação em massa.

Fonte: Página eletrônica da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ONLINE INFORMATIVO

DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DICOM

Diretora: Adriana Arend

Endereço:

Av. Borges de Medeiros, 1565 - 13º andar
CEP 90110-906 - Porto Alegre/RS
Fones: (51) 3210-6411 / 7603 / 7818
e-mail: dicom-dimp@tjrs.jus.br
Para sugestão de pautas: noticias.tj@tjrs.jus.br

ONLINE INFORMATIVO

Publicação semanal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Edição: Patrícia Cavalheiro
Jornalista responsável: Analice Bolzan

Redação: Ana Brenner / Cíntia Barbosa / Janine Moreira de Souza / Noama
Fernandes / Patrícia Cavalheiro / Renato Sagrera

Projeto gráfico: Paulo Guilherme Marques

Fotografia: Eduardo Nichele / Juliano Verardi / Márcio Daudt

Arte e Diagramação: Ana Luiza Mesquita / Paulo Guilherme Marques

Supervisão: Conselho de Comunicação Social do TJRS

Desenvolvimento: Vanessa C M Velho / CWI Software / DITIC-TJRS